

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

# Edital 139/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
139/2025	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	ROBERTA APARECIDA SILVA COSTA	29/04/2026 15:07 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23090.009980/2025-14

## 1. DO OBJETO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90062/2025

(Processo Administrativo nº 23090.009980/2025-14)

Torna-se público que a Universidade Federal de Lavras, por meio da Diretoria de Licitações e Compras, sediada no Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, s/n, Campus Universitário, Caixa Postal 3037, Lavras, Minas Gerais, CEP 37203-202, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia, de forma continuada, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), a serem executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o item único desta licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021<sup>f</sup>, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: ABERTO E FECHADO.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital que permita a verificação de autenticidade.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Não se aplica.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

Não se aplica.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) ou <https://dlc.ufla.br/cl>.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.



14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: envio de e-mail para o endereço eletrônico [licitacoes@ufla.br](mailto:licitacoes@ufla.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://dlc.ufla.br/cl>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

Lavras, 24 de fevereiro de 2026.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROSSANO WAGNER DE LIMA BOTELHO**

Pró-reitor de Apoio à Permanência Estudantil



*Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 15:07:27.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Termo\_de\_Referencia\_212-2025\_153032.pdf (2.88 MB)
- Anexo II - CONTRATO153032\_000037-2025.pdf (146.79 KB)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Termo de Referência 212/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
212/2025	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	DYEGO MARADONA ATAIDE DE FREITAS	23/04/2026 15:45 (v 0.7)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	538/2025	23090.009980/2025-14

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23090.009980/2025-14)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de *serviços contínuos* de lavanderia, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), incluindo roupas de cama, toalhas, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como itens provenientes de setores administrativos, acadêmicos e de saúde nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de lavanderia, de forma continuada, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras	19542	Kilograma	1290	R\$ 15,00	R\$ 19.350,00

	(UFLA), incluindo roupas de cama, toalhas, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como itens provenientes de setores administrativos, acadêmicos e de saúde.					
--	---	--	--	--	--	--

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidad**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de atividade indispensável para assegurar a adequada assepsia e conservação da roupa institucional, em conformidade com normas regulamentadoras e sanitárias, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados **da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [22078679000174-0-000001/2025];
- II) Data de publicação no PNCP: [30/10/2024];
- III) Id do item no PCA: [5032];
- IV) Classe/Grupo: [Sereviços de Limpeza];
- V) Identificador da Futura Contratação: [153032-538/2025];

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Do uso racional da água a CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada em todas as fases do serviço contratado; Identificar pontos de uso/hábitos e vícios de desperdício de água. Na identificação das atividades de cada ponto de uso, os funcionários devem ser treinados e orientados sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, conscientizando os funcionários sobre atitudes preventivas; Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de funcionários da CONTRATADA, esperadas com essas medidas;

4.1.2. Respeitar a legislação e as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.3. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis;

4.1.4. Utilizar saneantes devidamente padronizados e registrados no órgão de controle, inclusive ambientais;

4.1.5. Manter registro da caldeira, caso o serviço possua, conforme preconiza a NR 13 do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.1.6. Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeitura, entre outros);

4.1.7. Do uso racional da energia elétrica: Manter critérios para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo; Devem ser verificados na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o selo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO); Repassar a seus funcionários todas as orientações referentes à redução do consumo de energia;

4.1.8. Da redução de produção de resíduos sólidos: Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas;

4.1.9. No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá observar as seguintes regras: Materiais não recicláveis: são todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados rejeitos, como: lixo de banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarro; cinza e ciscos – que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; lâmpadas fluorescentes – são acondicionadas em separado; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel-carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais, pilhas – são acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante; Materiais recicláveis: são todos materiais que possam passar por processo de reutilização de sua matéria prima.

## **Subcontratação**

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

## **Garantia da contratação**

4.3. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

## **Vistoria**

4.4. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

# **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **Condições de execução**

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: 5 dias da assinatura do contrato.*

5.1.2. *Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A execução do objeto deverá observar integralmente as condições técnicas, procedimentos e rotinas descritos no Anexo II Diretrizes Técnicas para Execução e Monitoramento – dos Serviços Contratados, parte integrante deste Termo de Referência, fundamentado no estudo técnico preliminar anexo I.*

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços: a coleta será realizada uma vez por semana, nos pontos fixos de coleta da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e da Coordenadoria de Saúde, podendo incluir, na mesma rota, até dois pontos adicionais mediante demanda da contratante. Executar todas as etapas, devendo as roupas limpas ser entregues nos pontos de coleta definidos pela contratante, devidamente embaladas e identificadas em um dia da semana diferente ao da coleta (até no máximo 3 dias úteis da data da coleta).*

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. *Os serviços serão prestados no seguinte endereço:*

*Campus-sede Lavras/MG: TREVO ROTATÓRIO PROFESSOR EDMIR SÁ SANTOS S/N - CAMPUS UNIVERSITÁRIO. LAVRAS / MG. CEP: 37.203-202;*

5.3 *Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 07h as 16h, podendo ocorrer de segunda a sexta-feira, exceto em feriados e pontos facultativos, devendo ser executados em períodos que não interfiram nas atividades regulares do campus.*

## **Rotinas a serem cumpridas**

5.3.1. *A execução contratual observará as rotinas descritas no anexo II (Diretrizes Técnicas para Execução e Monitoramento dos Serviços Contratados);*

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:5*



5.4.1 A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de materiais, produtos, equipamentos e EPIs e necessários à execução dos serviços;

5.4.2. A CONTRATADA deverá fornecer balanças, sacos de tecido e sacos plásticos descartáveis, carros de transporte de roupa suja e roupa limpa, seladora para os sacos plásticos, e todos os recursos necessários conforme preconizados no Manual de Lavanderia Hospitalar da ANVISA; e

5.4.3. Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA (art. 9º, Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA).

5.4.4. Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA (art. 9º, Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA).

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. No valor orçado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, despesas com materiais, transporte e ou equipamentos, inclusive os de proteção individual, mão de obra, seguros em geral, impostos e taxas municipais, estaduais e federais, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços.;

5.5.2 Parte da prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do CONTRATANTE e parte na CONTRATADA. O processamento da roupa ocorrerá nas dependências da CONTRATADA; a coleta de roupa suja, a logística de distribuição de roupa limpa nas unidades, deve ocorrer nas dependências do CONTRATANTE;

5.5.3. O processamento das roupas abrange todas as etapas, desde o recebimento e distribuição para utilização, até o recolhimento da roupa suja e sua lavagem, secagem, de tal forma que a mesma esteja em condições de ser novamente utilizadas;

5.5.4. Não haverá quantidade mínima para coleta ou entrega, devendo a CONTRATADA cumprir o cronograma estabelecido, independentemente da quantidade de peças a ser processada.

5.5.5. Deverá ser realizada uma coleta semanal e uma entrega semanal em outro dia da semana (até no máximo 3 dias úteis da data da coleta). Os pontos de coleta fixo serão: Estação de tratamento de Esgoto e Coordenadoria de Saúde, podendo ainda numa mesma viagem coletar em mais dois pontos conforme demanda.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Uniformes**

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá conter, de forma visível, a identificação da empresa, garantindo fácil reconhecimento pela fiscalização e pelo público durante a execução dos serviços.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

*6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

### Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

*6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

*6.16.1. Conferência dos serviços executados e materiais aplicados, com possibilidade de rejeição pela equipe de fiscalização caso sejam considerados de qualidade inferior ou em desacordo com as exigências contratuais. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar atestados de qualidade dos produtos utilizados, sem ônus para a Contratante.*

*6.16.2 Quaisquer dúvidas sobre os materiais ou procedimentos deverão ser esclarecidas junto à equipe técnica de fiscalização.*

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

**6.19.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

#### 6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *[Instrumento de Medição de Resultado (IMR)]*, conforme previsto no Estudo técnico preliminar Anexo 1 deste termo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal*.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*] de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.37. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em [29/12/2025].*

7.38. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.39. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.40. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.41. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.42. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.43. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.44. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

### **Cessão de Crédito**

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.*

*8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

*8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*



8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO .*

### **Regime de Execução**

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

9.22. *Apresentar alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei 9.782/99.*

## **Qualificação Técnico-Operacional**

9.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.23.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1(um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.23.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.1.3. O fornecedor disponibilizará [A29] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.23.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.24. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.25. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## **Qualificação Técnico-Profissional**

9.26. *O licitante deve comprovar que tem em seu quadro profissional responsável pela coordenação das atividades, conforme disposto no art. 13 da Resolução-RDC 6/2012;*

9.27. *Comprovar a capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional, dos profissionais que irão laborar na execução dos serviços de lavanderia hospitalar, conforme disposto no art. 12 da Resolução-RDC 6/2012;*

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## Documentação complementar para cooperativas

9.33. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.33.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.33.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.33.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.33.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.33.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.33.6.1. ata de fundação;

9.33.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.33.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.33.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.33.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.33.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.33.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 19.350,00 (dezenove mil, trezentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1.***

10.2. *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

10.3 *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.*

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) Gestão/unidade: 15251/153032;

II) Fonte de recursos: [1000 - TESOURO; 1050 - RENDAS PRÓPRIAS;

III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0031; 12.364.5113.20RK.0031;

IV) Elemento de despesa: 339039;

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Lavras, 12 de fevereiro de 2026.

---

Mayara Sousa Vianna

Tatiana Von Pinho Costa

Dyego Maradona Ataíde de Freitas

Thaís Emmanuelle Mesquita Hermes Faria

Maria Luiza de Lima

## 13. ANEXO I

### ANEXO I

**Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

## 14. ANEXO II

### ANEXO II

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº. 90062/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAYARA SOUSA VIANNA**

Membro da comissão de contratação

**TATIANA VON PINHO COSTA**

Membro da comissão de contratação

**DYEGO MARADONA ATAIDE DE FREITAS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 13:40:43.*

**THAIS EMMANUELLE MESQUITA HERMES FARIA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 15:44:51.*

**MARIA LUIZA DE LIMA**

Membro da comissão de contratação





## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP\_103-2025.pdf (2.37 MB)
- Anexo II - Tecnicas para Execucao e Monitoramento dos Servicos Contratados.pdf (344.18 KB)

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

## Estudo Técnico Preliminar 103/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23090.009980/2025-14

## 2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia, de forma continuada, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), incluindo roupas de cama, toalhas, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como itens provenientes de setores administrativos, acadêmicos e de saúde.

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada assepsia e conservação da roupa institucional, em conformidade com normas regulamentadoras e sanitárias. Destaca-se, em especial, a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), que atribui ao empregador a responsabilidade pela higienização dos EPIs fornecidos aos trabalhadores, e a Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32), que estabelece diretrizes de segurança e saúde para os trabalhadores em serviços de saúde, exigindo padrões de higienização capazes de prevenir riscos biológicos.

A ausência de serviços de lavanderia profissional comprometeria diretamente a segurança ocupacional, a prevenção de doenças e a manutenção da higiene nas dependências universitárias, podendo acarretar riscos à saúde de servidores, estudantes, pacientes e visitantes. Ressalta-se que a Universidade não dispõe, em seu quadro de pessoal e estrutura física, de equipe técnica, maquinário ou instalações compatíveis para a execução regular e eficaz desse tipo de serviço, tornando inviável sua realização por meios próprios.

Dessa forma, a contratação é essencial para garantir a conformidade legal, a preservação da saúde e da segurança da comunidade acadêmica e a continuidade das atividades institucionais com padrões adequados de qualidade e higiene.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Meio Ambiente	Gilberto Coelho
Coordenadoria de Saúde/PRAPE	Thaís Emmanuelle Mesquita Hermes Faria

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Definições Gerais:

- O serviço é de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra;
- O serviço não possui especificidades que impliquem na necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, portanto, não haverá necessidade de transição contratual;
- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- Não será permitido a subcontratação;
- Caso haja descumprimento das atividades exigidas neste termo, haverá a paralisação imediata das atividades, até que seja corrigida;
- A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos, equipamentos, EPIs e supervisão técnica necessária à execução dos serviços.
- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- Poderá haver participação de empresas em consórcio.

- Considerando que a missão institucional da UFLA é o ensino, a pesquisa e a extensão, o serviço objeto deste ETP é classificado como acessório, pois visa à higienização e conservação da rouparia institucional, assegurando condições adequadas de higiene, saúde e segurança para a comunidade acadêmica e administrativa.
- No valor orçado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, despesas com materiais e ou equipamentos, inclusive os de proteção individual, mão de obra, seguros em geral, impostos e taxas municipais, estaduais e federais, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços;
- O objeto atende ao princípio da padronização. O código no catálogo de serviços (CATSER) é o 19542: Prestação de Serviços de Lavanderia.
- O objeto não será parcelado, devendo a prestação dos serviços ser considerada como item único.
- Parte da prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do CONTRATANTE e parte na CONTRATADA. O processamento da rouparia ocorrerá nas dependências da CONTRATADA; a coleta de rouparia suja, a logística de distribuição de roupa limpa nas unidades, deve ocorrer nas dependências do CONTRATANTE.
- O processamento das rouparia abrange todas as etapas, desde o recebimento e distribuição para utilização, até o recolhimento da roupa suja e sua lavagem, secagem, de tal forma que a mesma esteja em condições de ser novamente utilizadas.
- A CONTRATADA deverá fornecer balanças, sacos de tecido e sacos plásticos descartáveis, carros de transporte de roupa suja e roupa limpa, seladora para os sacos plásticos, e todos os recursos necessários conforme preconizados no Manual de Lavanderia Hospitalar da ANVISA.
- Não haverá garantia de execução, considerando que o objeto trata de serviços de lavanderia de natureza comum, classificados como serviço continuado e de baixo risco, não se vislumbra a necessidade de exigir garantia de execução contratual. A fiscalização será exercida pela Administração e eventuais descumprimentos serão sanados por meio das penalidades previstas neste processo licitatório, razão pela qual a exigência de garantia não se mostra vantajosa neste caso.
- O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### 4.2 Requisitos

- Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA (art. 9º, Resolução RDC n. 6/2012 – ANVISA).
- A contratada deverá observar a Resolução RDC n. 6/2012 e Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32) – ANVISA
- Atender o Manual Processamento de Roupas de Serviços de Saúde - Prevenção e controle de riscos da ANVISA.
- A CONTRATADA deverá realizar a higienização do veículo que fará o transporte e comprovar essa higienização por meio da apresentação de seu procedimento operacional padrão e registros de limpeza.
- Relatório de análise físico química e microbiológica da água utilizada no processamento de roupas.
- Demonstração das formulações dos processos de lavagem contendo: operação, dosagem, tempo e temperatura para sujidade pesada e sujidade leve.
- Apresentação de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme preconiza a NR 9, e ainda, a utilização de tecnologias que permite atender às necessidades referentes aos Riscos: Físicos (ruídos e calor), químicos, ergonômicos e biológicos e que estejam de acordo e conforme a legislação pertinente, que compõe a Portaria nº 3.214/1978 e suas alterações do Ministério da Saúde e Lei nº 6.514/1977.
- Indicação de RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT), habilitado e regularizado junto ao seu respectivo conselho regional, com conhecimento técnico na área objeto deste termo, para supervisionar a execução dos serviços contratados;
- Apresentação técnica dos produtos a serem utilizados, suas propriedades e composição química, comprovadas por cópias do registro na Divisão Nacional de Vigilância Sanitária e de Saneantes e Domissanitários (DISAD).
- Atestado emitido por empresa especializada na coleta e destinação final de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS), que comprove a regularidade de situação da licitante com relação a destinação final e adequada do RSS recebido com a roupa a ser lavada, coletada das unidades.
- Atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.
- Comprovação de LICENÇA AMBIENTAL/ AUTORIZAÇÃO OPERACIONAL, emitida pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade;
- Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos.
- Apresentar alvará sanitário/licença de funcionamento de lavanderia hospitalar, emitido pelo órgão de vigilância sanitária estadual ou municipal competente, conforme exigido pela Lei 9.782/99.
- Comprovação de que o licitante tenha em seus quadros profissional responsável pela coordenação das atividades, conforme disposto no art. 13 da Resolução-RDC 6/2012;
- Comprovação de capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional, dos profissionais que irão laborar na execução dos serviços de lavanderia hospitalar, conforme disposto no art. 12 da Resolução-RDC 6/2012;
- Em consonância com Art. 3º da Resolução - RDC nº 6, de 30 de janeiro de 2012: A CONTRATADA deve ter lavadora com barreira: Equipamento que possui função básica de higienizar a roupa suja, caracterizada por ser encaixada na barreira física (parede ou outro elemento de separação que garanta perfeita separação entre os ambientes sujo e limpo) e por possuir duas portas, sendo: Uma porta de entrada, para inserir a roupa suja, localizada na sala de recebimento da roupa suja e uma porta de saída, para a retirada da roupa lavada, localizada na sala de processamento da roupa limpa;
- Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's. A Contratada se obriga a observar o uso de uniforme e equipamento de proteção individual e coletivo

em todos os seus trabalhadores, conforme normas legais. Os trabalhadores que atuam na área limpa deverão utilizar obrigatoriamente touca para evitar queda de cabelos nas roupas limpas e não usar qualquer tipo de adereços (anel, colares, relógios ou pulseiras);

#### 4.3 – Sustentabilidade

- Deverão ser adotadas as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- Do uso racional da água a CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada em todas as fases do serviço contratado; Identificar pontos de uso/hábitos e vícios de desperdício de água. Na identificação das atividades de cada ponto de uso, os funcionários devem ser treinados e orientados sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, conscientizando os funcionários sobre atitudes preventivas; Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de funcionários da CONTRATADA, esperadas com essas medidas;
- Respeitar a legislação e as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Realizar de forma adequada o tratamento da água utilizada no processo de lavagem da roupa, minimizando o impacto ambiental;
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis;
- Utilizar saneantes devidamente padronizados e registrados no órgão de controle, inclusive ambientais;
- Manter registro da caldeira, caso o serviço possua, conforme preconiza a NR 13 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Manter registro e aprovação nos órgãos competentes (meio ambiente, defesa civil, prefeitura, entre outros).
- Do uso racional da energia elétrica: Manter critérios para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo; Devem ser verificados na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o selo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO); Repassar a seus funcionários todas as orientações referentes à redução do consumo de energia.
- Da redução de produção de resíduos sólidos: Promover a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas.
- No Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deverá observar as seguintes regras: Materiais não recicláveis: são todos os materiais que ainda não apresentam técnicas de reaproveitamento e são denominados rejeitos, como: lixo de banheiro, papel higiênico, lenço de papel e outros como: cerâmicas, pratos, vidros pirex e similares; trapos e roupas sujas; toco de cigarro; cinza e ciscos – que deverão ser segregados e acondicionados separadamente para destinação adequada; acrílico; lâmpadas fluorescentes – são acondicionadas em separado; papéis plastificados, metalizados ou parafinados; papel-carbono e fotografias; fitas e etiquetas adesivas; copos descartáveis de papel; espelhos, vidros planos, cristais, pilhas – são acondicionadas em separado e enviadas para o fabricante; Materiais recicláveis: são todos os materiais que possam passar por processo de reutilização de sua matéria prima.

#### 4.4. Transporte

Deverá ser realizada uma coleta semanal e uma entrega semanal em outro dia da semana (até no máximo 3 dias úteis da data da coleta). Os pontos de coleta fixo serão: Estação de tratamento de Esgoto e Coordenadoria de Saúde, podendo ainda numa mesma viagem coletar em mais dois pontos conforme demanda.

### 5. Levantamento de Mercado

#### Prospecção e análise de alternativas

Foi realizada análise comparativa entre duas possíveis soluções:

- **Estrutura própria:** com aquisição de equipamentos, contratação de equipe técnica e manutenção contínua. Contudo, considerando o volume estimado de rouparia institucional, essa opção apresenta elevado custo inicial e operacional, tornando-a economicamente desvantajosa e logisticamente complexa para a UFLA.
- **Contratação de empresa externa especializada:** com infraestrutura adequada para o processamento de roupas em escala — metodologia comprovada como mais eficiente e econômica, conforme observado em licitações de prefeituras da região.

#### Consulta ao mercado local

A equipe realizou levantamento de prestadores de serviços de lavanderia em Lavras/MG e região. Constatou-se que o serviço é ofertado tanto ao setor público quanto ao privado (hospitais, clínicas e indústrias), indicando que o mercado não é restrito. Entre as empresas identificadas, destacam-se:

- **Asmar & Furtado Ltda:** prestadora de serviços para a UFLA e para a Prefeitura de Lavras;
- **Lav & Limp** – informações disponíveis em: [lavlimpvarginha.com.br](http://lavlimpvarginha.com.br);
- **ELAV – Unidade Lavras** – informações disponíveis em: [elavlavanderia.com.br](http://elavlavanderia.com.br);

- **Lavanderia Sul Mineira** – informações disponíveis em: [lavanderiasulmineira.com.br](http://lavanderiasulmineira.com.br).

Esse cenário demonstra a existência de oferta suficiente para atender à demanda institucional, permitindo a comparação entre preços, prazos e padrões de qualidade. A contratação será realizada participação exclusiva de ME/EPP.

### **Formato ideal de prestação do serviço**

As empresas identificadas usualmente operam com recebimento da roupa por **quilograma**, modelo que se mostra vantajoso para a Administração em termos de transparência na medição, pagamento por quantidade processada, facilidade de fiscalização e controle de custos.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A CONTRATADA deverá possuir lavanderia própria, devidamente licenciada pela autoridade sanitária competente, com condições estruturais e operacionais para garantir a higienização, desinfecção, acondicionamento e guarda de todas as roupas processadas, assegurando padrões de qualidade, biossegurança e sustentabilidade. Todo o ciclo de processamento deverá observar o disposto no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (ANVISA, 2009) e na RDC nº 6/2012, em suas versões atualizadas.

Definição do objeto: seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia, de forma continuada, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), incluindo roupas de cama, toalhas, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como itens provenientes de setores administrativos, acadêmicos e de saúde.

Requisitos e especificações: O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor

Justificativas técnicas e econômicas: Foram analisadas duas alternativas para execução do serviço: a implantação de estrutura própria, com aquisição de equipamentos, contratação de equipe técnica e manutenção permanente, e a contratação de empresa externa especializada. A opção por estrutura própria mostrou-se economicamente inviável e logisticamente complexa, em razão do alto custo de investimento inicial, da necessidade de equipe dedicada e das exigências de licenciamento e manutenção contínua. Por outro lado, a terceirização do serviço apresentou-se como a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, considerando a existência de empresas especializadas na região, com infraestrutura adequada e experiência comprovada em contratos públicos. Além disso, o modelo de cobrança por quilograma de roupa processada oferece maior transparência na medição, facilidade de fiscalização e controle de custos, assegurando equilíbrio econômico-financeiro e melhor custo-benefício à Administração.

Elementos integrados e contexto da contratação:

### **6.1. Coleta**

- A coleta será realizada uma vez por semana, nos pontos fixos de coleta da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e da Coordenadoria de Saúde, podendo incluir, na mesma rota, até dois pontos adicionais mediante demanda da contratante.
- A contratada deverá definir pessoas, procedimentos, equipamentos e rotas, garantindo que a coleta ocorra sem interferir no cotidiano dos setores.
- As roupas deverão ser pesadas no momento da retirada, com acompanhamento de fiscais designados pela UFLA. O registro será realizado em formulário próprio, emitido em duas vias e assinado por representante da contratada e pelo fiscal da contratante.
- Os funcionários responsáveis deverão estar devidamente uniformizados, identificados com crachá visível e equipados com EPIs (luvas, avental impermeável, botas, óculos e máscara), em conformidade com a legislação vigente.

### **6.2. Transporte**

- O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, com compartimento exclusivo para roupas, devidamente identificado, higienizado e adaptado à natureza da carga.
- É vedado o transporte simultâneo de roupas sujas e limpas no mesmo compartimento.
- O veículo deverá ser submetido a higienização e desinfecção diária, com produtos aprovados pela ANVISA e Ministério da Saúde.
- A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do veículo, garantindo seu bom funcionamento e segurança.

### **6.3. Recebimento, pesagem e classificação**

- As roupas sujas deverão ser recebidas em área própria da lavanderia, separada da área de roupas limpas por barreiras físicas, conforme exigido pela RDC nº 6/2012.
- Será realizada pesagem oficial na presença de representante da contratante, com emissão de relatório diário contendo peso total, número de volumes e eventuais ocorrências.
- As roupas deverão ser separadas e classificadas por tipo de tecido, cor e grau de sujeira, com manipulação mínima para reduzir riscos de contaminação.

- Objetos estranhos ou resíduos encontrados deverão ser devolvidos ao setor de origem, mediante protocolo formal.

#### **6.4. Lavagem**

- O processo de lavagem deverá observar as orientações da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) e o Manual da ANVISA (2009).
- Serão utilizados apenas produtos saneantes registrados na ANVISA, com FISPQ disponível para fiscalização.
- Preferência para produtos biodegradáveis e de menor impacto ambiental, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- O ciclo de lavagem deverá variar conforme o grau de sujidade:
  - Sujidade pesada: umectação, enxágue inicial, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento.
  - Sujidade leve: lavagem, alvejamento, enxágues, acidulação e amaciamento.
- Os alvejantes deverão ser preferencialmente à base de oxigênio, evitando danos aos tecidos e riscos ao meio ambiente.

#### **6.5. Secagem e calandragem**

- A secagem deverá ser realizada em equipamentos adequados ao tipo de roupa, vedada a entrega de roupas úmidas.
- Toda roupa deverá ser calandrada ou prensada a vapor, exceto peças que, por natureza do tecido, demandem passadoria específica.
- O acabamento deverá garantir a boa apresentação e conservação da roupa.

#### **6.6. Separação e embalagem**

- Após o processamento, as roupas deverão ser dobradas e embaladas em plástico transparente, resistente, impermeável e selado, de modo a preservar a higiene durante o transporte.
- As roupas limpas deverão ser separadas por tipo de peça (jaleco, calça, camiseta, lençol etc.) e por unidade de origem.
- O custo das embalagens será de responsabilidade da contratada.

#### **6.7. Entrega**

- As roupas limpas deverão ser entregues nos pontos de coleta definidos pela contratante, devidamente embaladas e identificadas em um dia da semana diferente ao da coleta (até no máximo 3 dias úteis da data da coleta).
- A entrega será acompanhada de relatório discriminando data, horário, peso e peças entregues, assinado por representantes da contratada e da contratante.
- A contratada deverá definir pessoas, procedimentos, equipamentos e rotas, garantindo que a entrega ocorra sem interferir no cotidiano dos setores.

#### **6.8. Equipamentos e infraestrutura**

- Todos os equipamentos necessários ao processamento (máquinas de lavar, centrífugas, secadores, calandras e balanças) serão de responsabilidade da contratada.
- As balanças utilizadas deverão conter selo do Inmetro e laudo de aferição válido.
- A lavanderia deverá possuir áreas físicas segregadas (área suja / área limpa), ventilação adequada e rotinas de higienização das instalações.

#### **6.9. Mão de obra e responsável técnico**

- A mão de obra empregada será de responsabilidade da contratada, que deverá arcar integralmente com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- Durante todo o período de execução, deverá haver responsável técnico designado, com registro em conselho profissional competente, que responderá pelo processamento.
- Os funcionários deverão receber treinamento inicial e reciclagens periódicas em biossegurança, segurança ocupacional e controle de infecção.

#### **6.10. EPIs e biossegurança**

- É obrigatória a disponibilização e uso de EPIs adequados em todas as etapas (coleta, transporte, lavagem, secagem, acabamento e entrega).
- A circulação de trabalhadores entre área suja e área limpa deverá obedecer a protocolos rígidos, sendo vedado o cruzamento de fluxos.
- Os uniformes utilizados para coleta de roupa suja deverão ter cor distinta dos uniformes utilizados para entrega de roupa limpa.

#### **6.11. Gestão de resíduos**

- A contratada será responsável pela correta segregação, acondicionamento e destinação final dos resíduos sólidos e líquidos gerados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

- Resíduos de serviços de saúde encontrados junto às roupas deverão ser devolvidos à unidade geradora, em recipientes adequados e com protocolo de registro.

Deverão ser apresentados à contratante documentos que comprovem a destinação final ambientalmente adequada.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Foram consideradas, para a presente contratação, as quantidades necessárias ao atendimento das demandas anuais da Diretoria de Meio Ambiente (DMA) e da Coordenadoria de Saúde.

Adicionalmente, foi publicada Intenção Interna de Compras, instrumento que possibilitou a todas as unidades da UFLA manifestarem suas necessidades relacionadas ao objeto, de modo a consolidar os quantitativos em caráter institucional.

Os quantitativos consolidados encontram-se detalhados no Anexo III – Quantidade por requisitante, que integra o presente Estudo Técnico Preliminar.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 20.640,00

### 8.1 – Declaração de Parâmetros da Pesquisa de Preços

A Equipe de Planejamento da Contratação declara que a pesquisa de preços realizada para a instrução da Planilha de Referência de Preços deste processo, cujo objeto é a contratação de serviço de lavanderia de forma continuada, abrangendo as atividades de coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), atende aos parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, publicada em 7 de julho de 2021, especialmente ao seguinte inciso:

I – Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, tais como o Painel de Preços, observados os respectivos índices de atualização monetária aplicáveis.

Certifica-se que o valor estimado para a presente contratação não é superior à mediana do item nos sistemas oficiais consultados. Certifica-se, ainda, que foi priorizada a utilização de sistemas oficiais do governo federal como fonte primária para a pesquisa de preços, em conformidade com a normativa vigente.

A justificativa e explicação detalhada da composição do preço, bem como a caracterização das fontes consultadas, a série histórica dos preços coletados, o método estatístico adotado para definição do valor estimado, a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência e a justificativa da escolha das fontes e fornecedores encontram-se pormenorizadas no tópico 8 – Estimativa do Valor da Contratação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado para este objeto, em atendimento aos incisos I a VIII do art. 3º da IN nº 65 /2021.

Adicionalmente, em atendimento ao disposto no art. 3º, inciso II, da IN nº 65/2021, a pesquisa de preços foi materializada em documento que contém a identificação dos agentes responsáveis pela pesquisa, integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

### 8.2 – Metodologia da Pesquisa de Preços

Para o refinamento dos resultados da pesquisa de preços, foram adotados critérios técnicos e objetivos, incluindo a aplicação de filtros relacionados ao período da pesquisa, quantidade, forma de contratação e análise crítica dos valores praticados no mercado. Nesse processo, foram desconsiderados valores excessivamente elevados, bem como aqueles classificados como inexequíveis, conforme fundamentação técnica apresentada no tópico específico deste ETP.

A aplicação desses critérios teve como finalidade assegurar que as amostras selecionadas reflitam de forma fidedigna os valores atuais de mercado, bem como promover maior similaridade entre o objeto da contratação e os resultados retornados pelos sistemas oficiais de pesquisa.

A metodologia adotada para definição do preço de referência foi a utilização da mediana dos valores válidos obtidos na pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021, por se tratar da medida estatística mais adequada para mitigar a influência de valores extremos.

Para atendimento aos incisos I, III, IV, V e VII do art. 3º da IN nº 65/2021, este Estudo Técnico Preliminar conta com os seguintes anexos:

- I. Pesquisa de Preços;
- II. Planilha de Análise dos Itens;

- III. Quantitativos por requisitante;
- IV. Publicação Interna de Aquisição e Contratação;
- V. Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

### **8.2.1 – Metodologia e Análise Crítica da Pesquisa de Preços**

A pesquisa de preços para definição do valor de referência foi realizada por meio da ferramenta oficial de pesquisa de preços disponibilizada no Portal Compras.gov.br, em conformidade com o disposto no art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

Com o objetivo de assegurar a atualidade, comparabilidade e aderência aos valores efetivamente praticados no mercado, foi aplicado recorte temporal, restringindo-se a amostra às contratações realizadas a partir de 01/11/2025, de modo a garantir que os preços analisados reflitam condições recentes e compatíveis com a realidade econômica vigente.

Nos termos do art. 6º, caput, §§ 3º e 4º, da IN nº 65/2021, procedeu-se à análise crítica dos preços coletados, com a exclusão fundamentada de valores considerados inexequíveis ou excessivamente elevados, com base em critérios técnicos, históricos e de mercado, conforme descrito a seguir:

- Valores inferiores a R\$ 11,00 (onze reais) por quilograma foram desconsiderados por serem classificados como inexequíveis. Tal decisão fundamenta-se em experiência contratual recente da Universidade Federal de Lavras, na qual fornecedor que praticava valores próximos a esse patamar relatou, de forma reiterada, dificuldades na execução do serviço, inclusive quanto ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, conforme registros formais da fiscalização do contrato. Diante desse histórico, a Comissão de Planejamento entendeu que valores abaixo de R\$ 11,00 não são compatíveis com a execução adequada, regular e contínua do serviço, podendo comprometer a qualidade, a segurança e a sustentabilidade da prestação.
- Valores superiores a R\$ 30,00 (trinta reais) por quilograma também foram excluídos da amostra por serem considerados excessivamente elevados, uma vez que a própria pesquisa de mercado evidenciou a existência de contratações públicas com valores significativamente inferiores para serviços equivalentes, demonstrando que o mercado é plenamente capaz de atender à demanda institucional por preços mais vantajosos. A manutenção desses valores implicaria desvantagem econômica para a Administração, em afronta ao princípio da economicidade.

Para fins de atualização monetária, foi aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aos preços referentes a contratações realizadas no mês de novembro de 2025, conforme disponibilidade do índice oficial à época da pesquisa. Ressalta-se que, para as contratações realizadas em dezembro de 2025, não havia índice de correção monetária disponível na calculadora do Banco Central do Brasil no momento da realização da pesquisa, motivo pelo qual não foi possível aplicar a atualização correspondente, sem prejuízo à fidedignidade da estimativa, considerando a recente data das contratações analisadas.

Após a aplicação dos filtros e exclusões tecnicamente justificadas, a amostra remanescente apresentou coeficiente de variação de 28%, patamar considerado estatisticamente aceitável para serviços dessa natureza, os quais apresentam variabilidade operacional decorrente de fatores logísticos, regionais e de escala.

Diante desse cenário, a mediana dos valores válidos foi adotada como preço de referência, por se tratar da medida estatística mais adequada para reduzir a influência de valores extremos e representar de forma fidedigna o comportamento do mercado, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade.

Conclui-se, portanto, que a metodologia empregada e a análise crítica realizada atendem integralmente às exigências do art. 6º, caput, §§ 3º e 4º, da IN SEGES/ME nº 65/2021, resultando em preço de referência tecnicamente fundamentado, estatisticamente consistente e compatível com os valores praticados no mercado.

### **8.3 – Aplicação do Índice de Correção Monetária (IN nº 65/2021)**

Para fins de atualização monetária dos valores utilizados na estimativa de preços, foi adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme previsto na IN nº 65/2021, quando aplicável, observada a disponibilidade do índice oficial no momento da realização da pesquisa.

Ressalta-se que, conforme detalhado no tópico específico deste ETP, nem todos os preços coletados demandaram atualização, em razão da recente data das contratações analisadas, não havendo prejuízo à atualidade ou à fidedignidade da estimativa.

### **8.4 – Valor Estimado da Contratação**

Informa-se que o valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 20.640,00 (vinte mil, seiscentos e quarenta reais), conforme detalhado no Anexo II – Planilha de Análise dos Itens.



## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza do objeto, a contratação refere-se a **um único item**, consistente na execução integrada dos serviços de coleta, transporte, processamento, higienização e entrega da roupa institucional. Por se tratar de um ciclo contínuo e indivisível, a divisão em parcelas ou itens distintos se mostra tecnicamente inviável, uma vez que todas as etapas estão intrinsecamente relacionadas e devem ser realizadas de forma articulada pela mesma contratada.

Dessa forma, a solução **não será parcelada**, permanecendo estruturada como item único, em conformidade com o princípio da economicidade e da eficiência, assegurando a padronização da execução e a responsabilidade integral de um único prestador de serviços.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas, no âmbito da Universidade Federal de Lavras, contratações em curso ou planejadas que apresentem relação de dependência ou afinidade técnica com o objeto da presente contratação. Dessa forma, a execução do serviço de lavanderia não está vinculada a qualquer outra contratação correlata ou interdependente, tratando-se de demanda autônoma e específica, sem impactos diretos sobre outros processos licitatórios em andamento ou previstos. Para a presente contratação não é necessária uma contratação correlata ou interdependente

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Planejamento de Contratações Anual - PCA 2025 da UFLA, sendo que o PCA pode ser identificado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por meio da ID 22078679000174-0-000001/2025.

A demanda esta alinhada ao Plano de Logística Sustentável, com todas as características inseridas na descrição do serviço.

Ainda, esta demanda está alinhada a dois objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), delineado no Mapa Estratégico, qual seja:

1.5.2. Prover condições de realizar a coleta, o tratamento e a disposição adequada dos resíduos gerados.

2.2.1 - Aperfeiçoar os programas, projetos e parcerias de assistência à saúde da comunidade acadêmica e implantar novos programas e projetos nessa área.

## 12. Observância à LC 123/2006

A licitação deverá ser exclusiva para ME e EPP para todos os itens, pois possuem valor total estimado menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), segundo o art. 48, inciso I da LC 123/2006.

## 13. Modalidade e tipo de aquisição

A modalidade definida para contratação é o Pregão Eletrônico Tradicional, considerando ser um contratação de um serviço comum continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva, onde no ETP é previsto especificações de desempenho e qualidade objetivamente definidos, de acordo com art. 29 da lei 14.133/2021.

Os serviços são classificados como comuns de acordo com o artigo 6º, inciso XIII e artigo 29 da Lei 14.133 /2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado. Assim, os serviços podem ser licitados na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

Está sendo proposta a empreitada por preço unitário.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a presente contratação, espera-se assegurar condições adequadas de limpeza, higienização e assepsia das roupas e uniformes utilizados nos setores institucionais da UFLA, abrangendo tanto a área de saúde quanto equipes operacionais, como a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e outros setores que utilizam uniformes funcionais.

No âmbito da saúde, a adequada higienização das roupas representa medida essencial para a prevenção e controle de infecções, em conformidade com as normas da ANVISA, reforçando a segurança de pacientes, usuários e servidores. Já no contexto operacional, a correta higienização dos uniformes garante melhores condições de uso, conservação dos materiais e contribui para a segurança do trabalho, atendendo às exigências da legislação trabalhista e sanitária (NR-06 e NR-32).

Além disso, a contratação assegura maior durabilidade e preservação do enxoval institucional, bem como promove a conformidade com padrões técnicos e de biossegurança, essenciais para o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade.

Dessa forma, o serviço trará benefícios institucionais relevantes, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso da UFLA com a proteção da saúde, a segurança ocupacional e a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

## 15. Providências a serem Adotadas

Não vislumbramos nenhuma providência a ser adotada pela Administração previamente à celebração do contrato.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação do serviço de lavanderia, por envolver atividades de higienização e desinfecção de roupas institucionais, pode gerar **impactos ambientais potenciais**, especialmente relacionados ao uso de recursos naturais, ao consumo de produtos químicos e à geração de efluentes e resíduos sólidos. Entre os principais riscos identificados, destacam-se:

- **Consumo intensivo de água e energia elétrica** durante as etapas de lavagem e secagem;
- **Geração de efluentes líquidos** contendo detergentes, alvejantes, amaciantes e demais substâncias químicas utilizadas no processo;
- **Produção de resíduos sólidos**, tais como embalagens de saneantes, plásticos utilizados para embalagem das roupas e resíduos eventualmente encontrados junto ao material coletado;
- **Riscos de contaminação ambiental** em caso de descarte inadequado de resíduos ou de produtos químicos.

Para mitigar esses impactos, deverão ser adotadas as seguintes **medidas de prevenção e controle**:

- Utilização de produtos saneantes devidamente **registrados na ANVISA** e preferencialmente **biodegradáveis e de menor toxicidade**, reduzindo riscos à saúde e ao meio ambiente;
- Exigência de que a contratada comprove possuir **sistema adequado de coleta, tratamento e descarte de efluentes**, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Implementação de procedimentos de **segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos**, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Adoção de práticas de **uso racional de água e energia**, com controle de consumo e manutenção preventiva dos equipamentos;

Com essas medidas, entende-se que os impactos ambientais serão **reduzidos a níveis aceitáveis**, em consonância com os princípios de sustentabilidade e com as diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFLA.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAYARA SOUSA VIANNA**

Membro da comissão de contratação

**THAIS EMMANUELLE MESQUITA HERMES FARIA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 19/01/2026 às 15:23:23.*

**TATIANA VON PINHO COSTA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 20/01/2026 às 10:08:36.*

**MARIA LUIZA DE LIMA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 20/01/2026 às 09:17:04.*

**DYEGO MARADONA ATAIDE DE FREITAS**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/01/2026 às 17:34:13.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de preços.pdf (222.64 KB)
- Anexo II - Planilha análise dos itens.pdf (1.28 MB)
- Anexo III - Quantidade por requisitante.pdf (404.79 KB)
- Anexo IV - Publicação Interna de Aquisição e Contratação.pdf (159.5 KB)
- Anexo V - Instrumento de Medição de Resultados.pdf (87.47 KB)

## **I. Pesquisa de Preços;**

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

## Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
194/2025	153032	Concluída	DYEGO MARADONA ATAIDE DE FREITAS

**Título:** Serviço de lavanderia, incluindo coleta, lavagem e entrega

**Observações:**

**Total de itens cotados:** 1      **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 20.640,0000

## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	
19542 - Prestação de serviços de lavanderia	KILOGRAMA	1290	
<b>Consolidação dos preços cotados</b>			
<div>Menor Preço</div> <div>R\$ 12,0000</div>	<div>Média</div> <div>R\$ 18,1492</div>	<div><div><div></div></div> Mediana</div> <div>R\$ 16,0000</div>	<div>Coeficiente de Variação: 28,2172%</div> <div>Desvio Padrão: 5,1212</div> <div>Maior Preço: R\$ 28,3103</div>
<b>Método de cálculo adotado:</b> Mediana			

Filtro Aplicado

**Data início:** 01/11/2025

**Data fim:** 16/01/2026

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	KILOGRAMA	R\$ 16,0000	29/12/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
16022805900202025		29/12/2025		1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de lavanderia (lavagem, secagem e alisamento), com retirada, e entrega do material no 26º G.A.C.		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		160228		SISRP	Pregão		
Fornecedor		34.858.646 JOICE APARECIDA GEHELE					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
-		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		
Critério Julgamento Item		Menor Preço					
Descrição Detalhada		Prestação de Serviços de Lavanderia					

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13190	KILOGRAMA	R\$ 15,0000	22/12/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
16046905900032025			22/12/2025		219		Objeto: Pregão Eletrônico - Manutenção e recarga de máquinas e equipamentos diversos, higienização e controle de pragas
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			160469		SISRP		Pregão
Fornecedor			OLIVIER - LAVANDERIA LTDA				
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>
Critério Julgamento Item			Menor Preço				
Descrição Detalhada			19542 -Serviço de Lavanderia				



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	68400	KILOGRAMA	R\$ 22,0000	05/12/2025	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45907305900302025	05/12/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresaespecializada para a prestação de serviços de lavanderia e locação de enxoval hospitalar com processamento de roupas e tecidos em geral, visando atender as demandas do Hospital Municipal de Urgência e Emergência Doutor Augusto Chaves Rodrigues e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Eládio Soares do município de Marituba/PA, em conformidade com as condições, exigências e especificações descritas no Edital e anexos

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	459073	SISRP	Pregão

**Fornecedor**  
CLEAN LAV - SERVICOS DE LAVANDEIRA HOSPITALAR LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>

**Critério Julgamento Item**  
Menor Preço

**Descrição Detalhada**  
Processamento de roupas de serviço de saúde nas dependências da Contratada e com locação do enxoval hospitalar, envolvendo o processamento das roupas em todas as etapas desde o recolhimento até o retorno em ideais condições de reuso conforme as legislações vigentes, para atender às demandas o Hospital Municipal de Urgência e Emergência Doutor Augusto Chaves Rodrigues e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Eládio Soares.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	12000	KILOGRAMA	R\$ 12,0000	04/12/2025	Sim
Id da Compra			Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra
15831905900092025			04/12/2025		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de processamento de roupas comuns (cama, mesa e banho) com as etapas: umectação, enxágue, pré-lavagem, enxágue, lavagem, alvejamento, desinfecção e acabamento.
Esfera			UASG		Forma		Modalidade
Federal			158319		SISPP		Pregão
Fornecedor							
PAULO CESAR COSME E SOUZA							
Índice e Valor			Ata		Edital		Compra
-			-		<a href="#">Acesse o Edital</a>		<a href="#">Acesse a compra</a>

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Prestação de Serviços de Lavanderia - processamento de roupas comuns (cama, mesa e banho) com as etapas: umectação, enxágue, pré-lavagem, enxágue, lavagem,alvejamento e desinfecção, acabamento, de natureza contínua, para o IFCE campus Guaramiranga

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	110	KILOGRAMA	R\$ 19,0890	27/11/2025	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item	Objeto da Compra		
16036505900102025		27/11/2025		1	Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual contratação de prestação de serviços de lavanderia parao Hospital de Guarnição de Bagé e OrganizaçõesMilitares participantes do GCALC da 3ª Brigadade Cavalaria Mecanizada		
Esfera		UASG		Forma	Modalidade		
Federal		160365		SISRP	Pregão		
Fornecedor		TAVARES RODRIGUES LAVANDERIA LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital	Compra		
IPCA - 1,00%		<a href="#">Acesse a Ata</a>		<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>		

Critério Julgamento Item

Menor Preço

Descrição Detalhada

Contratação de empresa especializada no serviço de lavanderia, para atender as OMs, de acordo com as seguintes especificações: Deverá retirar (roupas sujas) lavar, secar, passar, retirar e entregar (roupas limpas); repondo em caso de estrago e extravio de peça. Possuir balança de precisão para pesar roupa suja por ocasião da retirada e a roupa limpa na devolução; Providenciarguia/comprovante de recolhimento e devolução, das roupas sujas e limpas; Deverá recolher as roupas de acordo com o agendamento da OM. O MATERIAL A SER LIMPO: Uniformes em geral: calça social, calça fardamento, camiseta, gandola, meia, camisa social, uniformes, jalecos, entre outros.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

6	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	4800	KILOGRAMA	R\$ 28,3103	25/11/2025	Sim
---	---	---	------	-----------	-------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
98818305901182025	25/11/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de higienização e lavagem do enxoval do Residencial
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Estadual	988183	SISPP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
JC LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
IPCA - 1,00%	-	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Lavanderia			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10000	KILOGRAMA	R\$ 14,6450	05/11/2025	Sim
---	---	--------------------------------------	-------	-----------	-------------	------------	-----

<b>Id da Compra</b>	<b>Comprado em</b>	<b>Nº do Item</b>	<b>Objeto da Compra</b>
16054705900132025	05/11/2025	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de Lavanderia
<b>Esfera</b>	<b>UASG</b>	<b>Forma</b>	<b>Modalidade</b>
Federal	160547	SISRP	Pregão
<b>Fornecedor</b>			
OLIVIER - LAVANDERIA LTDA			
<b>Índice e Valor</b>	<b>Ata</b>	<b>Edital</b>	<b>Compra</b>
IPCA - 1,00%	<a href="#">Acesse a Ata</a>	<a href="#">Acesse o Edital</a>	<a href="#">Acesse a compra</a>
<b>Critério Julgamento Item</b>			
Menor Preço			
<b>Descrição Detalhada</b>			
Prestação de Serviços de Lavanderia			

**Legenda:**  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 16/01/2026 14:46

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

## **II. Planilha de análise de itens;**

[illegible]

### **III. Quantidade por requisitante;**





#### **IV. Publicação Interna de Aquisição e Contratação.**



DYEGO MARADONA ATAIDE DE FREITAS &lt;dyegofreitas@ufla.br&gt;

**[GRUPO DE AQUISIÇÕES UFLA] Intenção Interna de Contratação de lavanderia**

1 mensagem

**MAYARA SOUSA VIANNA** <mayara.vianna@ufla.br>

25 de agosto de 2025 às 15:14

Para: GRUPO DE AQUISIÇÕES UFLA &lt;compras.ufla@ufla.br&gt;, THAIS EMMANUELLE MESQUITA HERMES FARIA &lt;thais.hermes@ufla.br&gt;

Prezados(as),

A Coordenadoria de Saúde, vinculada à Pró-Reitoria de Apoio à Permanência Estudantil, torna pública a **Intenção Interna de "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia, incluindo coleta, lavagem e entrega"** para setores da universidade, conforme o plano de contratação anual, planejado para **2025**.

A Equipe de Planejamento da Contratação iniciou a elaboração do Estudo Técnico Preliminar. Dessa forma, disponibilizamos, em planilha anexa, os itens a serem considerados para o processo licitatório.

As unidades administrativas e acadêmicas interessadas em contratar e adquirir estes serviços deverão manifestar os quantitativos a serem incorporados à compra até a seguinte data:

**Prazo para manifestação - 04/09//2025.**

Solicitamos que as manifestações sejam apresentadas em resposta a este e-mail, na opção "responder a todos", e que seja submetida uma versão modificada da planilha anexa, com a inclusão dos quantitativos demandados pela unidade e respectivas justificativas para a licitação.

As unidades administrativas e acadêmicas deverão apresentar a demanda consolidada, considerando todos os departamentos vinculados à Faculdade/Instituto/Escola.

**Atenção:** Não altere dados da planilha, apenas inclua as informações relativas às quantidades e justificativas. Alterações nos dados já existentes na planilha, como especificações, serão desconsideradas.

Essa Intenção Interna não está aberta para a inclusão de novos itens, apenas os já previstos na planilha.

Ressaltamos que as demandas manifestadas após o prazo estabelecido e, ou por outra via que não este Grupo de Aquisições serão desconsideradas.

Atenciosamente,

--

Mayara Sousa Vianna

Ramal: 3829-1110 / 1112

Enfermeira - Coordenadoria de Saúde

PRÓ-REITORIA DE APOIO À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

UFLA- UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

O conteúdo deste e-mail e anexos são restritos aos seus destinatários e de responsabilidade do remetente. O uso do e-mail deve estar de acordo com os regulamentos institucionais vigentes.



**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA, INCLUINDO COLETA, LAVAGEM E ENTREGA (1).xlsx**

10K

## **V. Instrumento de Medição de Resultados – IMR**

**ANEXO 3**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

<b>Indicador:</b>	Não conformidades no atendimento do serviço	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	
Finalidade	Garantir a qualidade do serviço prestado	
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência.	
Instrumento de Medição	de Notificações	
Forma de Acompanhamento	Planilha controle de notificações.	
Periodicidade	Por nota fiscal emitida	
Mecanismo de Cálculo	Com base nas ocorrências de não conformidade identificadas pela fiscalização, será atribuída uma pontuação acumulada, conforme o tipo e a gravidade da infração cometida, conforme tabela prevista neste Instrumento de Medição de Resultados (IMR).	
<b>OCORRÊNCIAS</b>		<b>PONTOS</b>
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;		05
Atrasar o início do atendimento de serviço agendado, por serviço e por dia, salvo motivo de força maior ou caso fortuito;		02
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;		04
Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;		03
Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;		02
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.		02
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador,		03

	por item e por ocorrência																			
Início de Vigência	Data de assinatura do contrato e início das atividades																			
Faixas de Ajuste no Pagamento	<p>A pontuação acumulada servirá de referência para aplicação de glosas financeiras proporcionais ao desempenho do contratado, assegurando-se a aplicação do princípio da eficiência e da economicidade na gestão contratual. As faixas de desconto foram definidas de forma gradativa e proporcional, permitindo o ajuste financeiro conforme a performance da contratada ao longo da vigência contratual.</p> <table><tr><th>PONTUAÇÃO ACUMULADA</th><th>Ajuste Financeiro</th></tr><tr><td>Até 9 pontos</td><td>Glosa correspondente a 0,5% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>9,1 a 13 pontos</td><td>Glosa correspondente a 1% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>13,1 a 17 pontos</td><td>Glosa correspondente a 2% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>17,1 a 21 pontos</td><td>Glosa correspondente a 3% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>21,1 a 25 pontos</td><td>Glosa correspondente a 4% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>25,1 a 29 pontos</td><td>Glosa correspondente a 6% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>29,1 a 33 pontos</td><td>Glosa correspondente a 8% do valor da fatura mensal</td></tr><tr><td>A cada ponto acima de 33</td><td>Glosa correspondente a 8% acrescido de 1% a cada ponto extra, do valor da fatura mensal.</td></tr></table>		PONTUAÇÃO ACUMULADA	Ajuste Financeiro	Até 9 pontos	Glosa correspondente a 0,5% do valor da fatura mensal	9,1 a 13 pontos	Glosa correspondente a 1% do valor da fatura mensal	13,1 a 17 pontos	Glosa correspondente a 2% do valor da fatura mensal	17,1 a 21 pontos	Glosa correspondente a 3% do valor da fatura mensal	21,1 a 25 pontos	Glosa correspondente a 4% do valor da fatura mensal	25,1 a 29 pontos	Glosa correspondente a 6% do valor da fatura mensal	29,1 a 33 pontos	Glosa correspondente a 8% do valor da fatura mensal	A cada ponto acima de 33	Glosa correspondente a 8% acrescido de 1% a cada ponto extra, do valor da fatura mensal.
PONTUAÇÃO ACUMULADA	Ajuste Financeiro																			
Até 9 pontos	Glosa correspondente a 0,5% do valor da fatura mensal																			
9,1 a 13 pontos	Glosa correspondente a 1% do valor da fatura mensal																			
13,1 a 17 pontos	Glosa correspondente a 2% do valor da fatura mensal																			
17,1 a 21 pontos	Glosa correspondente a 3% do valor da fatura mensal																			
21,1 a 25 pontos	Glosa correspondente a 4% do valor da fatura mensal																			
25,1 a 29 pontos	Glosa correspondente a 6% do valor da fatura mensal																			
29,1 a 33 pontos	Glosa correspondente a 8% do valor da fatura mensal																			
A cada ponto acima de 33	Glosa correspondente a 8% acrescido de 1% a cada ponto extra, do valor da fatura mensal.																			
Sanções	<p>Multa de 20% acima de 50 pontos.</p> <p>As avaliações acima de 50 pontos por três vezes ensejarão a rescisão contratual.</p>																			
Observações																				

## **ANEXO II**

### **Diretrizes Técnicas para Execução e Monitoramento dos Serviços Contratados Referente à contratação de serviços de lavanderia**

#### **Introdução**

Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Termo de Referência é definido como o documento que reúne os elementos necessários à contratação, incluindo os requisitos da contratação, critérios de medição e de pagamento, modelo de execução, forma de seleção do fornecedor e demais elementos técnicos pertinentes.

Diante da complexidade técnica do objeto e da necessidade de assegurar clareza, padronização e rastreabilidade nas contratações públicas, admite-se, conforme boas práticas adotadas pelo Governo Federal, a inclusão de anexos específicos ao Termo de Referência, com o objetivo de estruturar informações complementares relativas à execução, fiscalização e monitoramento dos serviços contratados.

Considerando o exposto, e em atendimento ao item 5.3.1 do Termo de Referência da presente contratação, apresenta-se o Anexo II – Diretrizes Técnicas para Execução e Monitoramento dos Serviços Contratados, que consolida os procedimentos operacionais e critérios técnicos a serem observados pela empresa contratada, bem como os mecanismos de controle de qualidade e de acompanhamento por parte da Administração.

Este documento é parte integrante e indissociável do Termo de Referência, vinculando-se diretamente à execução contratual. Sua observância é obrigatória por parte da contratada, devendo todas as atividades previstas serem executadas em conformidade com as diretrizes aqui estabelecidas.

Este anexo visa assegurar a conformidade técnica da execução contratual, a efetividade dos serviços prestados e a adequada fiscalização, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público que regem a Administração Pública.

## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

### **1. Objetivo**

Estabelecer as diretrizes técnicas para a execução, o controle e o monitoramento dos serviços de lavanderia institucional prestados por empresa especializada, nas unidades da Universidade Federal de Lavras – UFLA.

O serviço compreende todas as etapas do ciclo de processamento, desde a coleta até a devolução do material limpo, englobando higienização, secagem, calandragem, dobragem, embalagem e transporte, em conformidade com a RDC ANVISA nº 6/2012, o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (ANVISA, 2009) e demais legislações correlatas.

### **2. Execução dos Serviços**

A execução deverá ocorrer nas instalações da contratada, que deverá dispor de lavanderia hospitalar devidamente licenciada e estruturada para o processamento seguro de roupas e uniformes potencialmente contaminados.

#### **Coleta e Transporte**

A coleta será realizada semanalmente, conforme cronograma aprovado pela UFLA.

A empresa deverá designar equipe, rotas, equipamentos e procedimentos padronizados para coleta e transporte, garantindo biossegurança e integridade dos materiais.

A pesagem da roupa suja será feita no momento da coleta, com registro em formulário próprio emitido em duas vias (uma para a UFLA e outra para a contratada), assinado pelos responsáveis de ambas as partes.

O transporte deverá ocorrer em veículo exclusivo, higienizado, fechado e identificado, conforme exigências da Vigilância Sanitária.

É vedado o transporte simultâneo de roupa limpa e suja no mesmo compartimento.

O veículo deverá passar por limpeza e desinfecção após cada ciclo de transporte, utilizando saneantes regularizados junto à ANVISA.

#### **Processamento e Higienização**

O processo de lavagem deverá seguir rigorosamente o disposto no Manual ANVISA (2009) e na RDC nº 6/2012, compreendendo as etapas:

- Separação e classificação da roupa suja;



- Lavagem (pré-lavagem, lavagem, enxágues, alvejamento, acidulação e amaciamento);
- Secagem;
- Calandragem e passadoria;
- Dobragem, embalagem e armazenamento.

Deverão ser utilizados produtos saneantes e detergentes devidamente registrados na ANVISA, preferencialmente biodegradáveis e de baixa toxicidade.

É proibido o uso de substâncias contendo benzeno, corantes não permitidos ou fosfatos acima dos limites legais.

A contratada deverá manter fichas FISPQ atualizadas de todos os produtos químicos utilizados.

### **Secagem e Calandragem**

A secagem deve ser realizada em equipamentos adequados à natureza do tecido, evitando danos ou deformações.

As roupas deverão ser entregues completamente secas e calandradas, garantindo acabamento uniforme e apresentação limpa.

Não será aceita entrega de roupas úmidas ou com odor residual de produtos químicos.

### **Separação, Dobragem e Embalagem**

As roupas limpas deverão ser dobradas e embaladas individualmente por tipo de peça (camiseta, calça, jaleco etc.), em embalagens plásticas transparentes, resistentes e seladas, preservando a integridade e a higiene.

O lote processado deverá estar identificado com data, peso e unidade de origem.

### **Entrega**

As entregas serão realizadas conforme o cronograma acordado com a UFLA.

Todo material entregue deverá estar acompanhado de relatório de conferência, contendo:

- Data e hora da entrega;
- Quantidade total em kg;
- Discriminação por tipo de peça;
- Assinatura do responsável da contratada e do fiscal da UFLA.

## **3. Materiais, Produtos e Equipamentos**

Todos os produtos de lavagem devem ser regularizados na ANVISA, possuir FISPQ e seguir as recomendações do fabricante.

Devem ser biodegradáveis, de baixa toxicidade e isentos de corantes não permitidos, priorizando sustentabilidade e segurança.

O uso de dosadores automáticos é recomendado para garantir padronização de consumo e minimizar riscos químicos.

Equipamentos (lavadoras, secadoras, calandras e balanças) devem possuir manutenção preventiva e selo do INMETRO, quando aplicável.

#### **4. Uniformes, EPIs e Capacitação**

Todos os trabalhadores envolvidos nas etapas de coleta, transporte e lavagem deverão utilizar EPIs adequados: luvas, botas, avental impermeável, máscara e proteção ocular.

Os uniformes utilizados para manipulação de roupa suja devem ter cor distinta daqueles utilizados nas áreas limpas.

A contratada deverá realizar capacitação inicial e periódica sobre biossegurança, higiene ocupacional e controle de infecção, conforme exigido pela RDC nº 6/2012.

#### **5. Relatórios e Monitoramento**

A contratada deverá apresentar mensalmente:

- Relatório de coletas e entregas realizadas (quantidade, peso e unidade atendida);
- Registro de eventuais não conformidades, extravios e reprocessos;
- Comprovante de destinação de resíduos gerados;
- Declaração de conformidade sanitária e ambiental.

O setor responsável designará fiscais para acompanhamento das rotinas, com verificação presencial ou documental dos indicadores de qualidade e cumprimento contratual.

#### **6. Responsabilidades**

Cumprir integralmente as exigências técnicas, sanitárias e ambientais;

Manter equipe qualificada e responsável técnico registrado;

Garantir a rastreabilidade das cargas coletadas e entregues;

Disponibilizar veículo, equipamentos e produtos adequados;

Arcar com todas as despesas de transporte, insumos, EPIs e destinação de resíduos.

## **7. Definições Gerais**

A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de mão de obra qualificada, materiais, produtos, equipamentos, EPIs e supervisão técnica necessária à execução dos serviços.

## **8. Documentos a serem mantidos atualizados e apresentados sempre que solicitado**

- Relação dos produtos saneantes domissanitários/desinfestantes utilizados, com marca e fabricante.
- Documento comprobatório de registro dos produtos na ANVISA.
- Comprovante de registro do fabricante no CTF do IBAMA, com Certificado de Regularidade válido.
- Licença para funcionamento expedida pelo órgão competente.

## **9. Critérios de Sustentabilidade – Execução**

- Priorizar mão de obra, materiais e tecnologias de origem local.
- Adotar medidas para evitar desperdício de água e energia.
- Realizar programa de treinamento antes do início dos serviços, visando reduzir consumo de recursos e produção de resíduos.
- Separar resíduos recicláveis e destiná-los a cooperativas ou associações de catadores.
- Cumprir as normas da ABNT aplicáveis sobre resíduos sólidos.

## **10. Considerações Finais**

As diretrizes técnicas e operacionais aqui estabelecidas têm por finalidade assegurar que a execução dos serviços de lavanderia na Universidade Federal de Lavras seja conduzida com elevado padrão de qualidade, segurança e responsabilidade socioambiental.

A observância integral das especificações, requisitos e critérios definidos neste Anexo II é obrigatória e constitui condição essencial para a adequada prestação dos serviços, de modo a garantir a proteção da saúde pública, a preservação do patrimônio e a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades.

A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, a plena conformidade com as obrigações descritas, apresentando à fiscalização, sempre que

solicitado, a documentação comprobatória, relatórios técnicos e registros operacionais necessários à verificação do cumprimento das exigências.

Ao assegurar o cumprimento destas diretrizes, a Administração e a empresa contratada reforçam seu compromisso com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e desenvolvimento sustentável, em alinhamento às políticas públicas e normativas vigentes no âmbito federal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC/MG

Contrato 37/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2025	153032-UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MEC /MG	ROBERTA APARECIDA SILVA COSTA	29/04/2026 14:17 (v 0.7)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23090.009980/2025-14

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

(Processo Administrativo nº 23090.009980/2025-14)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS E  
.....

A Universidade Federal de Lavras, por intermédio da Diretoria de Licitações e Compras, com sede no Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, s/n, Campus Universitário, Caixa Postal 3037, na cidade de Lavras /MG, inscrita no CNPJ sob o nº 22.078.679/0001-74, neste ato representada pelo **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23090.009980/2025-14 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90062/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia, de forma continuada, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), a serem executados sem dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER		QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	--	------------	----------------	-------------

			UNIDADE DE MEDIDA			
1	Serviços de lavanderia, de forma continuada, abrangendo a coleta, higienização, secagem, passadoria, acondicionamento e entrega da roupa utilizada nas diversas unidades da Universidade Federal de Lavras (UFLA), incluindo roupas de cama, toalhas, uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), bem como itens provenientes de setores administrativos, acadêmicos e de saúde.	19542	Quilograma	1290		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 15251/153032;

II) Fonte de recursos: 1000 - TESOURO; 1050 - RENDAS PRÓPRIAS;

III) Programa de trabalho: 12.364.5113.20RK.0031; 12.364.5113.20RK.0031;

IV) Elemento de despesa: 339039.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em

atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Lavras/MG, Seção Judiciária de Minas Gerais para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Lavras/MG, *[dia]* de *[mês]* de *[ano]*.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSSANO WAGNER DE LIMA BOTELHO

Pró-reitor de Apoio à Permanência Estudantil



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 14:17:55.